

Copag entrega 11 sugestões a Tancredo

BRASILIA — O Presidente Eleito Tancredo Neves recebeu ontem do economista José Serra, Coordenador da Comissão do Plano de Ação do Governo (Copag), onze documentos com propostas para quase todas as áreas da economia. Entre as sugestões apresentadas estão a reforma agrária no Nordeste, a capitalização parcial dos juros da dívida externa, um programa contra a pobreza absoluta, medida para gerar empregos nas áreas urbanas e a aplicação de recursos consideráveis na agricultura, eleita mais uma vez como prioridade máxima do Governo.

Tancredo Neves afirmou ao receber o trabalho da Copag, que seu Governo não poderá deixar de levar em consideração todos os documentos e as conclusões elaborados pela Comissão. Elogiou os membros da Comissão, dizendo que o grupo se extinguiu de direito, mas continuará existindo de fato, para assessorá-lo nos momentos necessários.

Os documentos apresentados representam a síntese do trabalho de dois meses da Copag que encerrou ontem, formalmente, os seus trabalhos. José Serra fez questão de ressaltar, por duas vezes, que as sugestões apresentadas foram obtidas por consenso, pois durante os trabalhos "foram esquecidas as divergências secundárias e as atenções foram concentradas nos problemas essenciais do País".

Ao entregar os documentos a Tancredo, Serra disse que, embora o País esteja atualmente envolvido numa grave crise econômica, os integrantes da Comissão chegaram à conclusão de que "existem alternativas viáveis para se sair das atuais dificuldades e colocar o Brasil nova-



Tancredo leva as sugestões da Copag, ladeado por Serra (direita) e Beltrão (esquerda)

OS 11 DOCUMENTOS

Os 11 documentos apresentados pela Copag abrangem as seguintes áreas:

- 1 — Dívida externa
- 2 — Finanças públicas
- 3 — Política de combate à fome e ao desemprego
- 4 — Política industrial

- 5 — Política agrícola
- 6 — Política para o Nordeste
- 7 — Previdência Social
- 8 — Comércio exterior
- 9 — Banco Nacional da Habitação
- 10 — Política Científica e Tecnológica
- 11 — Política energética

mente na trilha do desenvolvimento".

Voltou a insistir que o Brasil tem condições de voltar a crescer a taxas compatíveis com as necessidades de emprego da população. Esse crescimento seria sustentado no mercado interno.

Entre as sugestões apresentadas desta-se a ênfase ao desenvolvimento agrícola. O Coordenador da Copag afirmou que a agricultura terá que ser a prioridade do Governo nos próximos anos, "não apenas na retóri-

ca, como tem acontecido nos últimos governos, mas através de medidas concretas".

O programa de combate à fome e ao desemprego, que Serra insistiu em não chamar de plano de emergência, será desenvolvido com recursos do Fundo de Investimento Social (Finsocial) e do Fundo de Assistência Social (FAS), gerido pela Caixa Econômica Federal. A idéia é utilizar recursos orçamentários disponíveis para a construção de casas, saneamento básico, na abertura de

obras urbanas, que absorvem mão-de-obra, e no apoio ao pequeno e médio produtor rural, de modo a aumentar a produção de alimentos.

Um dos documentos entregues ontem a Tancredo Neves prevê uma completa mudança da política governamental para o Nordeste. A comissão propôs o abandono da industrialização a qualquer custo, implementada até agora, e defende a adoção de medidas que aumentem a produção de alimentos e gerem empregos. A reforma agrária é considerada indispensável à obtenção desses objetivos.

Essas informações foram dadas pelo economista Celso Furtado, um dos integrantes da Copag. Segundo disse, a idéia básica é acabar com a orientação que privilegiava unicamente as exportações e o plantio da cana-de-açúcar no Nordeste, voltando-se a ação governamental para o apoio dos produtores agrícolas atividades que possam absorver mão-de-obra.

A adoção de medidas de estímulo à capitalização da empresa nacional foi também sugerida ao Presidente eleito Tancredo Neves. Segundo o empresário Sérgio Quintela, membro da Copeg, no documento sobre o financiamento público foram propostas alternativas para o saneamento das empresas estatais.

A política de emprego sugerida pela comissão prevê a recuperação dos empregos destruídos durante a recessão brasileira, numa primeira fase, e a geração posterior de um número de postos de trabalho equivalente ao crescimento populacional, revelou o economista Sérgio Freitas, do Banco Itaú, também membro da comissão.